

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

## Sumário

|                                                                                            |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                                       | <b>2</b>  |
| Título: Risco de apagão no AP era conhecido por órgãos do setor .....                      | 2         |
| <b>Título: Apagão em Macapá prejudica plano político da família Alcolumbre no AP .....</b> | <b>4</b>  |
| Título: Pandemia reduz projeções de demanda de petróleo.....                               | 6         |
| Título: Após aquisição de Baúna, Karoon define plano de expansão no Brasil .....           | 7         |
| Título: Para Eletrobras, apagão no Amapá não afeta sua venda .....                         | 9         |
| Título: CPFL mira agenda de longo prazo e estuda leilões.....                              | 10        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                                 | <b>12</b> |
| Título: 3R Petroleum capta R\$ 690 milhões em estreia na Bolsa .....                       | 12        |
| Título: Famílias Falabella e Gerdau juntas na 3R Petroleum .....                           | 13        |
| Título: Sem energia, Macapá tem votação adiada.....                                        | 14        |
| Título: Ambev vai construir 48 usinas solares para abastecer centros de distribuição ..... | 15        |
| Título: Socorro deve ser mantido no AP, diz Alcolumbre .....                               | 17        |
| Título: Brumadinho: MG e Vale iniciam acordo sem ouvir vítimas.....                        | 17        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                    | <b>19</b> |
| <b>Título: Congressistas fazem campanha para pais, irmãos e familiares .....</b>           | <b>19</b> |
| Título: Quilombolas do AP perdem carne, peixe e fruta no apagão .....                      | 22        |
| Título: Com eleição adiada, Macapá lida com ‘humilhação’ e protestos diários.....          | 24        |
| <b>VEÍCULO: O Globo.....</b>                                                               | <b>27</b> |
| Título: Apagão atinge capital político de Alcolumbre .....                                 | 27        |
| Título: Justiça decreta o fim da recuperação judicial da Refit .....                       | 29        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense.....</b>                                                   | <b>30</b> |
| Título: Apagão no Amapá sob investigação federal.....                                      | 30        |

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 13/11/2020****Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília****Título: Risco de apagão no AP era conhecido por órgãos do setor**

Os principais órgãos do setor elétrico - responsáveis por planejar, dar os comandos de operação e fiscalizar o sistema de abastecimento do país - sabiam, ainda que parcialmente, dos riscos relacionados às condições de funcionamento dos equipamentos que entraram em colapso no momento do blecaute que atingiu o Amapá na última semana. Até agora, o fornecimento de energia não foi restabelecido plenamente.

Documentos do Ministério de Minas e Energia, do Operador Nacional do Sistema (ONS) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) indicam que a subestação atingida, a SE Macapá, operava no limite da capacidade, há cerca de dois anos, e sem condições de religar imediatamente a rede se dependesse de um transformador sobressalente, de “backup”, com indisponibilidade reportada ao ONS há 11 meses.

A demora para restabelecer o fornecimento aumentou o desafio do Estado de enfrentar a pandemia. A população é submetida a sistemas de rodízio para receber eletricidade por algumas horas. Ontem o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu adiar as eleições para prefeito e vereador na capital.

Um dos documentos, ao qual o **Valor** teve acesso, mostra que um dos problemas com a segurança da linha pode ter ocorrido ainda na concepção do projeto. Em 2004, antes da contratação do grupo espanhol Isolux, quando arrematou o projeto em leilão, o Comitê Técnico de Expansão da Transmissão do MME já indicava a necessidade de a SE Macapá ter “três transformadores trifásicos de 230/69/13,8 kV-150 MVA e uma unidade reserva”.

Ou seja, estudos preliminares apontaram a necessidade de instalar quatro grandes transformadores na subestação. Três deles deveriam operar em conjunto para que não houvesse sobrecarga, e o quarto, de backup. O documento do ministério tratava de estudos da Interligação Tucuruí-Macapá-Manaus.

O projeto foi contratado no leilão da Aneel, em 2008. O edital exigiu apenas que a subestação reservasse “espaço” para abrigar quatro transformadores, mas só três deveriam ser adquiridos para “instalação imediata”.

Na época do leilão, a Isolux ainda tinha boa reputação no setor de transmissão. Depois, o grupo foi atingido em cheio pela crise na Espanha e a matriz entrou em recuperação judicial, o que afetou os negócios no Brasil.

Em junho de 2018, o ONS, em apresentação relacionada ao Plano de Ação 2018-2020, apontou como “ação não concluída” a alteração do projeto licitado. O objetivo era abrir caminho para a instalação do quarto transformador. No documento, o órgão reconhece, portanto, que essa era de fato uma necessidade da rede local.

Além da vulnerabilidade da rede de transmissão, o Amapá passaria a contar com outra limitação de backup. Neste caso, o suporte viria da geração suplementar de energia. Em 2019, a Aneel autorizou o desligamento de uma usina termelétrica da Eletronorte, UTE Santana, que atendia o Amapá.

A agência considerou que a usina já não era acionada há algum tempo e gerava muitos custos, tanto ao sistema elétrico como um todo quanto para a estatal. A diretoria decidiu, em março de 2019, recomendar a extinção da outorga da usina, que venceria em dezembro de 2024.

Por fim, além de todo o risco assumido desde a idealização do projeto de transmissão que ligou o Amapá ao Sistema Interligado Nacional (SIN), relatórios mais recentes do ONS, relacionados ao acompanhamento mensal da “triagem de ocorrências e perturbações”, apontaram que o operador tomou conhecimento da indisponibilidade do terceiro transformador na SE Macapá no fim do ano passado.

No blecaute da semana passada, houve uma explosão de um transformador que atingiu o segundo em funcionamento naquele momento. A recomposição do sistema de abastecimento não foi possível já que o único transformador de backup, o terceiro, estava em manutenção desde o fim de 2019.

Sabendo da situação, o ONS autorizou que a concessionária Gemini Energy - novo nome da Isolux, após a reestruturação societária ocorrida em 27 de dezembro de 2019 - realizasse a troca do equipamento até maio de 2021.

Questionado, o ONS informou que a SE Macapá, projetada com três não operava no limite da capacidade, pois a “carga do Amapá é completamente atendida com dois” deles. A entidade negou o risco de colapso com a falta do terceiro transformador e que “estava acompanhando a situação e reportando à Aneel” mensalmente.

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Thiago Barral, disse, em nota, que a estatal e os órgãos do setor estão “absolutamente focados no avanço dos estudos, entendendo não ser ainda momento de apresentar avaliações conclusivas sobre o caso”.

O MME e Gemini Energy não quiseram comentar o teor dos documentos. A Aneel não respondeu até a conclusão desta edição.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 13/11/2020**

**Seção: Política**

**Autor: Vandson Lima e Renan Truffi — De Brasília**

**Título: Apagão em Macapá prejudica plano político da família Alcolumbre no AP**

De uma eleição que parecia relativamente fácil e que iniciaria o domínio dos Alcolumbre no Amapá, a disputa na capital Macapá se tornou um problema gigantesco para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM) e seu grupo político.

O apagão que já dura dez dias criou uma situação caótica no Estado. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adiou a eleição na capital - que ainda não tem nova data para ocorrer. Outros 12 dos 16 municípios também permanecem com problemas de abastecimento de energia, mas mantém a previsão de eleições domingo.

Josiel Alcolumbre (DEM), irmão do presidente do Senado e apoiado pelas principais forças políticas locais - do atual prefeito de Macapá, Clécio Luis (sem partido) ao governador Waldez Góes (PDT) -, não teve como se desvincular do episódio e viu seus índices de intenção de voto derreterem: caiu de 31% para 22% das intenções de voto entre o antes e o depois do apagão, enquanto os adversários Patrícia Ferraz (Podemos) e Doutor Furlan (Cidadania) subiram, ambos de 11% para 15% cada. O ex-governador João Capiberibe (PSB) também perdeu apoiadores, de 15% para 11%.

Principal articulador da campanha do irmão, Davi Alcolumbre tenta usar seu poder de influência junto ao governo do presidente Jair Bolsonaro, seu aliado, para reverter a situação. Ele cobrou que alguma autoridade seja responsabilizada pelo blecaute e que o auxílio-emergencial seja estendido no Estado - tentando replicar a estratégia que o próprio Bolsonaro usou para reconquistar popularidade em pandemia.

“A população está sofrendo e precisa de ajuda e de respostas efetivas. Solicitei ao presidente Bolsonaro e ao ministro da Economia Paulo Guedes que o auxílio

emergencial seja prorrogado no Amapá. A situação aqui é dramática. Os amapaenses perderam a comida de um mês, tudo estragou nas geladeiras. As pessoas estão sofrendo. É dever do Estado socorrê-las”, escreveu Alcolumbre em uma rede social. Em entrevista à rádio Diário FM, o senador chegou a dizer que “o maior prejudicado com o apagão” foi Josiel, “que ia ganhar a eleição no primeiro turno”, previu.

A vida da população, contudo, parece mais complicada que a situação do irmão do senador. Os relatos, que se espalharam em vídeos publicados pelos poucos ainda com acesso à internet, dão conta da falta de produtos básicos no comércio, garrafas de 1 litro de água mineral sendo vendidas a R\$ 35 e pessoas coletando água nos mesmos rios onde o esgoto é despejado. A assessoria do presidente do Senado divulgou que Alcolumbre solicitou investigação à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal sobre as causas do incêndio na subestação de energia que provocou o apagão, já que um laudo preliminar da Polícia Civil informa que aparentemente não foi um raio que causou o acidente, contrariando todas as informações anteriores. Pessoas ligadas a Alcolumbre levantam até a hipótese de sabotagem com fins eleitorais.

A Bolsonaro e ao **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, Alcolumbre disse que o episódio “não será esquecido” e que algum agente precisa ser “exemplarmente punido”. Na avaliação do entorno dele, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tem responsabilidade no episódio assim como a empresa que detém as linhas de transmissão do Amapá, a Gemini Energy. “Alguém precisa pagar por isso, precisa ser afastado do seu cargo, seja da diretoria da Aneel ou da diretoria da empresa envolvida. Não vai ser esquecido o que aconteceu com o Amapá”, disse um aliado próximo. Apesar das cobranças por uma responsabilização, toda a diretoria da Aneel tem mandato e não pode ser demitida do cargo.

Os opositores conseguiram se aproveitar do momento para emplacar a tese de que foi um “apagão do DEM” ou da família Alcolumbre, que teriam colocado seus cabos eleitorais nas ruas para incentivar os motins e protestos - na versão do senador e seus aliados. O adiamento da eleição não foi algo ruim para a família Alcolumbre. Dentro da campanha de Josiel há a avaliação de que as equipes dos candidatos adversários vinham estimulando seus militantes a puxarem um movimento pelo voto nulo.

Alcolumbre conta com a eleição de Josiel em sua estratégia para tomar conta da política no Amapá. Ele conseguiu trazer para o seu lado o bem avaliado prefeito Clécio Luis, que era um aliado do senador Randolfe Rodrigues (Rede), sob a promessa de apoiá-lo como candidato ao governo em 2022.

Em troca, Clécio ajudaria a eleger à sua sucessão Josiel, um empresário e jornalista sem experiência nas urnas. O **Valor** tentou, durante dois dias, falar com o candidato, mas ele não respondeu aos pedidos de entrevista. Em seus canais, ele pouco se pronuncia sobre a crise, preferindo replicar mensagens que mostram a atuação do irmão. **(Colaborou Isadora Peron)**

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 13/11/2020

**Seção:** Internacional

**Autor:** Bloomberg

**Título:** Pandemia reduz projeções de demanda de petróleo

### **A AIE, a Opep e a EIA reduziram suas perspectivas de demanda mundial por petróleo para o trimestre em curso e para o primeiro semestre de 2021**

A Agência Internacional de Energia (AIE) reduziu ontem as projeções de demanda mundial por petróleo em meio à adoção de novas medidas de confinamento. Alertou também para o fato de que o avanço na descoberta de uma vacina contra a covid-19 não revitalizará os mercados rapidamente.

Além da AIE, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e a Administração de Informações sobre Energia do Departamento de Energia dos EUA (EIA, na sigla em inglês) também publicaram novas perspectivas pessimistas para o mercado nesta semana. O anúncio promissor de uma vacina contra a covid-19 da farmacêutica americana Pfizer e da empresa alemã de biotecnologia BioNTech na segunda-feira não teve impacto nas previsões para o petróleo.

Problemas de curto prazo sobre a demanda continuam a superar qualquer sinal positivo decorrente dos resultados dos testes de vacinas, e resta aos produtores de petróleo enfrentar um período difícil até meados do ano que vem, e uma recuperação incerta depois disso.

No curto prazo, é a queda brusca da demanda, e não a recuperação, que domina os prognósticos. A AIE, a Opep e a EIA reduziram suas perspectivas de demanda mundial por petróleo para o trimestre em curso e para o primeiro semestre de 2021, no momento em que os números de casos de covid-19 na Europa e nos EUA disparam e levam à adoção de novas restrições à atividade econômica.

Os órgãos sediados na Europa - AIE e Opep - estão muito mais pessimistas quanto ao impacto dessas restrições à demanda por petróleo, ao reduzir as estimativas de consumo para o quarto trimestre em cerca de 1,2 milhão de

barris/dia, em relação ao volume previsto no mês passado. Já a EIA, nos EUA, fez um corte muito mais modesto, de 300 mil barris/dia.

“Como uma vacina contra a covid-19 dificilmente virá em socorro do mercado global de petróleo por algum tempo, a combinação de demanda mais fraca e oferta crescente de petróleo fornece um cenário difícil” para a reunião, disse a EIA em seu relatório mensal. “A menos que os fundamentos mudem, reequilibrar o mercado terá um progresso lento.”

As três entidades concordam que a queda das temperaturas de dezembro a março, meses do inverno do hemisfério norte, tampouco ajudará e levou-as a reduzir as expectativas de demanda para o primeiro semestre de 2021. Elas reduziram suas previsões em cerca de 500 mil barris/dia.

Mas perspectivas para o segundo semestre de 2021 variam -e apenas a AIE revisou para cima suas projeções de demanda para os terceiro e quarto trimestres. A perspectiva aumenta os desafios da Opep, que se reunirá no fim do mês para tomar decisões sobre a política de produção.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 13/11/2020**

**Seção: Empresas**

**Autor: Gabriela Ruddy — Do Rio**

**Título: Após aquisição de Baúna, Karoon define plano de expansão no Brasil**

Depois de quase quatro anos da tentativa de adquirir o campo de Baúna, em águas rasas na Bacia de Santos, por meio do processo de desinvestimentos da Petrobras, a Karoon Petróleo & Gás, subsidiária da australiana Karoon Energy, completou a transação na semana passada e já olha para a estratégia futura de expansão no país.

O diretor-geral da companhia para a América do Sul, Tim Hosking, disse que a companhia avalia participar da segunda etapa da oferta permanente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), programada para dezembro. “Há muitos blocos disponíveis ao redor de Baúna, então nossa equipe de exploração está trabalhando para definir as áreas adequadas. O ideal seria ter uma estratégia exploratória ao redor do FPSO [navio-plataforma] que será instalado em Baúna, então, conforme a produção do campo caia nos próximos anos, poderemos conectar novas descobertas”, afirmou o executivo.

A Karoon anunciou esta semana contrato com a joint-venture Altera&Ocyan para o fretamento e operação do FPSO Cidade de Itajaí, que opera no campo desde 2013. A aquisição de Baúna, por US\$ 665 milhões, marca sua estreia

como produtora no país, já que até então todos os ativos operados no Brasil estavam em fase exploratória.

A produção média do campo de janeiro a setembro de 2020 foi de aproximadamente 16 mil barris de óleo por dia e 104 mil m<sup>3</sup> por dia de gás. A petroleira pretende incrementar a produção na região nos próximos anos com a conexão das descobertas de Patola, feita pela Petrobras dentro do campo de Baúna, além de Neon e Goia, que foram fruto de projetos exploratórios da Karoon em blocos vizinhos.

No curtíssimo prazo, o foco é buscar aumentar a produção no país para pelo menos 25 mil barris/dia de petróleo. Para tanto, a empresa conduzirá uma campanha de intervenção em quatro poços em Baúna, prevista para começar no primeiro trimestre de 2022. Até lá, ela pretende fechar contratos para bombas semissubmersíveis e buscar uma sonda com ancoragem, que terá que ser contratada fora do país, pois atualmente não há nenhuma do tipo disponível no Brasil. O volume de investimentos nos próximos dois anos deve chegar a US\$ 200 milhões.

A estratégia da petroleira australiana é aproveitar as sinergias com a proximidade entre Baúna e as descobertas ao redor, como o uso da mesma estrutura logística, bases de apoio e sondas. Hosking ressalta que o modelo de negócio pode ser replicado em outras bacias brasileiras no futuro. “Temos interesse principalmente nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo. A plataforma de crescimento para a nossa empresa é o Brasil e os desinvestimentos da Petrobras são uma oportunidade que permite à Karoon olhar para outras bacias no país”, disse o executivo.

A companhia, no entanto, descarta investimentos em bacias de nova fronteira e terrestres no país, principalmente em meio à baixa nos preços do barril após a pandemia de covid-19. “Há maior risco associado e mais altos custos na exploração dessas bacias, então nosso foco está em olhar para áreas que conhecemos melhor”, afirma o executivo.

Hosking disse que os projetos hoje sendo conduzidos no país se mantêm viáveis, mesmo aos baixos preços do barril vistos este ano. A estimativa da petroleira é que os custos de operação de Baúna em 2021 fiquem em US\$ 27 por barril, valor que poderá cair para uma média de US\$ 17 por barril até o fim da vida útil do campo.

Como ainda tem uma posição de caixa de US\$ 130 milhões, mesmo após a aquisição, a petroleira não tem planos de buscar parceiros para os atuais projetos, que opera com 100% da concessão. A expectativa é buscar financiamentos para conseguir levar adiante o projeto de conexão de Patola.

“Estamos muito otimistas com o futuro do Brasil. No médio a longo prazos acreditamos que o país voltará a ser uma das principais potências econômicas do mundo, como foi em termos de crescimento do produto interno bruto por volta de 2008 e 2009. Acreditamos que o Brasil voltará a cenário no médio prazo. Para a nossa empresa, é uma decisão inteligente trabalhar aqui”, conclui Hosking.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 13/11/2020

**Seção:** Empresas

**Autor:** Gabriela Ruddy — Do Rio

**Título:** Para Eletrobras, apagão no Amapá não afeta sua venda

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, considera que o corte de energia no Amapá foi um evento extraordinário e que, apesar de todos os problemas gerados à população do Estado, deverá gerar melhorias no sistema de regulação, com o aperfeiçoamento das fiscalizações. “Não lembramos de uma falha no sistema de transmissão no Brasil há muito tempo”, afirmou o executivo durante teleconferência com analistas na quinta-feira.

Um incêndio no transformador da subestação Macapá, de propriedade da companhia Linhas de Macapá Transmissora de Energia (que não pertence à Eletrobras), causou a interrupção do fornecimento de energia no Amapá desde o dia 3 de novembro. Na semana passada, o Ministério de Minas e Energia (MME) editou a Portaria 406 para permitir a contratação, de forma emergencial, por meio da Eletrobras, de 40 a 150 megawatts (MW) de geração distribuída para suprir o Estado de forma emergencial. Os custos serão cobertos por meio de encargos setoriais mediante aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). “O desafio era restabelecer o sistema”, frisou Ferreira Junior, acrescentando que a empresa mobilizou engenheiros e técnicos vindos das regionais da companhia nas proximidades do Amapá.

Ferreira Júnior acrescentou também que ainda é muito cedo para tirar conclusões sobre o incidente, que considera um “fato extraordinário”. O executivo ressaltou que a Eletrobras está há três anos sem interrupções de grande porte na transmissão de energia, ou seja, que envolvam mais de 1 mil megawatts. No terceiro trimestre, a disponibilidade operacional das linhas de transmissão da Eletrobras foi de 99,96%, o melhor resultado para um período de julho a setembro desde 2015.

O presidente da estatal não acredita que o incidente no Amapá possa afetar a privatização da Eletrobras. Segundo ele, as conversas nesse sentido devem ser retomadas no âmbito governamental no início de 2021. “Hoje, no Brasil, a maior

parte dos investimentos em geração, transmissão e distribuição são privados. A regulação do setor é muito boa, houve uma competição muito grande nos últimos leilões, gerando benefícios ao sistema”, disse Ferreira Júnior.

A companhia, inclusive, vai continuar com a trajetória de vendas de suas Sociedades de Propósito Específico (SPEs). Atualmente, a Eletrobras participa de 131 SPEs, mas até 31 de dezembro a previsão é que 29 sejam vendidas, 13 incorporadas e 8 encerradas. Portanto, o objetivo é terminar este ano com 81 SPEs no portfólio. A estimativa é de encerrar o próximo ano com 49 SPEs.

A Eletrobras também sinalizou que deverá acompanhar o governo do Estado de São Paulo e vender sua participação minoritária na Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae) caso haja a decisão de privatizar a estatal paulista. “A companhia está hoje focada em crescer em geração e transmissão, sem ser minoritária. Participações minoritárias não criam oportunidades de criar valor. No caso da Emae, a gente deve claramente acompanhar [e vender a participação]”, disse Ferreira Junior.

Enquanto isso, a companhia segue estudando a participação no leilão de transmissão da Aneel marcado para dezembro. Ferreira Júnior explicou que a prioridade é que a empresa participe nos lotes de forma majoritária, mas que não está fechada a participar de eventuais parcerias.

Na área de geração, a companhia já se recupera dos impactos da pandemia e destacou que a carga de energia elétrica no país já está operando acima do patamar verificado no ano passado. Em outubro, o consumo de energia elétrica ficou em 65.984 megawatts-médios, 4% acima de igual período do ano passado.

Ao todo, a Eletrobras registrou lucro líquido atribuível aos sócios controladores de R\$ 84,98 milhões no terceiro trimestre, uma redução de 7,7 vezes na comparação anual. A receita operacional líquida no período foi de R\$ 7,43 bilhões, um crescimento de 1,5%, influenciada pelo efeito positivo da receita de transmissão.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 13/11/2020

**Seção:** Empresas

**Autor:** Letícia Fucuchima — De São Paulo

**Título:** CPFL mira agenda de longo prazo e estuda leilões

Com o alívio dos impactos da pandemia sobre a atividade de distribuição de energia ao longo do terceiro trimestre, a CPFL conseguiu direcionar mais esforços para sua agenda de longo prazo. No período, ampliou investimentos e se dedicou a estudar oportunidades de crescimento que se apresentam já no

curtíssimo prazo, como os leilões de transmissão e de privatização da distribuidora da CEB.

Entre julho e setembro, a companhia obteve lucro líquido de R\$ 1,35 bilhão, 80,8% superior ao registrado em igual período de 2019. O desempenho reflete tanto a evolução do Ebitda - alta de 20,8%, para R\$ 1,95 bilhão -, quanto a menor tributação no comparativo anual.

Para o presidente da CPFL, Gustavo Estrella, a grande notícia positiva foi a melhora dos números das distribuidoras, que até o segundo trimestre vinham sofrendo com forte redução da demanda por energia e disparada da inadimplência. De acordo com ele, o consumo residencial cresceu na esteira das temperaturas mais elevadas, ao passo que a demanda industrial começou a dar mostras de recuperação consistente. Também houve melhora na inadimplência, com retorno aos patamares históricos.

No entanto, Estrella entende que ainda é cedo para se falar em superação total da crise. “Existe uma tendência positiva, mas com os riscos associados ao cenário que vivemos hoje. Ainda estamos no momento de pandemia, que inspira cuidado”, afirmou.

Nesse contexto de melhora geral da atividade de distribuição, o executivo avalia que eventuais reequilíbrios dos contratos das empresas devido à pandemia tendem a ser bem menores do que se imaginava há alguns meses. Ele defende, porém, que esse é um direito inegável. “Podemos discutir o ‘tamanho’ do direito, mas não o direito em si. Há uma mudança na regra do jogo, no ambiente do contrato de concessão que enseja algum tipo de reequilíbrio”, pontua.

A CPFL detém quatro distribuidoras, que atendem quase 10 milhões de clientes concentrados em São Paulo e Rio Grande do Sul. A distribuição é a área que mais recebeu investimentos no terceiro trimestre: foram R\$ 601 milhões, 9,2% acima do registrado há um ano.

Já no segmento de geração de energia, a companhia assistiu a um desempenho mais positivo dos empreendimentos renováveis no terceiro trimestre. No caso das eólicas, os resultados refletiram um regime de ventos mais favorável e o aumento da disponibilidade das turbinas.

Com 4,3 gigawatts (GW) de capacidade instalada operacional, a CPFL tem 110 MW em construção, distribuídos em uma pequena central hidrelétrica (PCH) no Paraná e um complexo eólico no Rio Grande do Norte.

A companhia busca ainda oportunidades para desenvolver os 3 GW de projetos que tem em carteira. Porém, tem adotado uma postura cautelosa. Para Estrella,

as sobras estruturais de energia no sistema devem reduzir a necessidade de contratação de energia nova nos próximos anos, mesmo no ambiente de contratação livre (ACL), que tem proporcionado mais negócios às empresas nos últimos anos.

“Estamos buscando contratos mais longos para vender energia. Hoje vemos alguns projetos no mercado saindo com contratos de muito curto prazo, isso traz uma exposição muito grande para esse tipo de investimento, dada a volatilidade de preço”, disse.

Em paralelo, a companhia está avaliando participar de duas licitações que devem acontecer até o fim deste ano: o leilão de linhas de transmissão e a privatização da CEB-D. Em transmissão, a estratégia é focar em ativos que possam ter sinergias com os negócios. “A perspectiva é que a gente participe, sim, desse leilão”.

Das próximas privatizações em distribuição, estão na mira tanto as vendas da CEB-D e da CEEE-D - no caso da última empresa, a área de concessão está “colada” na da RGE Sul, distribuidora do grupo no Rio Grande do Sul. “Atuamos de forma muito eficiente e competitiva na área, acho que conseguiríamos trazer muita qualidade e produtividade para esses ativos”.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 13/11/2020

**Seção:** Economia

**Autor:** Fernanda Guimarães Wagner Gomes

**Título:** 3R Petroleum capta R\$ 690 milhões em estreia na Bolsa

A 3R Petroleum estreou ontem na B3, a Bolsa paulista, arrecadando R\$ 690 milhões para financiar seu modelo de negócio: a compra de campos de petróleo maduros - como são denominadas as fontes que já atingiram o pico de produção e agora estão em fase de declínio - que a Petrobrás colocou à venda em seu plano de desinvestimento.

Além de provar a premissa de seu plano de negócios - que essas fontes ainda podem ser atrativas -, a companhia também entra no mercado em um momento em que os investidores parecem mais interessados em energia limpa. A nova 3R Petroleum é fruto da união de duas empresas, a 3R e a Ouro Preto. O negócio atraiu as famílias Falabella - dona da rede de varejo chilena de mesmo nome - e Gerdau, segundo apurou o Estadão/Broadcast (leia na pág. B2)

Para levar adiante os planos, a empresa foi à Bolsa - e o processo de abertura de capital não foi simples. Isso porque a 3R nasce de uma reorganização societária concretizada apenas com a efetivação da abertura de capital. Os ativos

unificados pertencem à gestora de recursos Starboard, bastante ativa no mercado brasileiro.

Inédito até aqui, o formato precisou passar pelo aval da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Geralmente, a estrutura da empresa é consolidada antes de ser feita a oferta inicial de ações. A oferta foi coordenada por XP, BTG Pactual, Itaú BBA e Genial Investimentos.

“Faz muito tempo que uma empresa do setor de óleo e gás não abre seu capital e temos muito orgulho de ser a pioneira nesse retorno do setor à Bolsa brasileira”, disse o presidente da 3R, Ricardo Savini, ontem, em cerimônia na Bolsa paulista.

Escala menor. Há quem acredite na viabilidade do modelo. “A 3R Petroleum apresenta atraente perfil de crescimento considerando os ativos recém-adquiridos e o potencial de novas aquisições que já foram mapeadas”, disseram, em relatório, os analistas da Tasso Vasconcellos e Lucas Chaves, da Eleven Financial.

Segundo João Zunedá, sócio fundador da consultoria Max-Quim, a 3R ou qualquer outro negócio de menor porte podem extrair oportunidades dos campos maduros. Segundo ele, essas empresas são acostumadas a trabalhar com custos mais enxutos e conseguem bons ganhos em áreas que estão que não são viáveis para a Petrobrás, à medida que a gigante se concentra no pré-sal.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 13/11/2020

**Seção:** Colunas

**Autor:** FERNANDA GUIMARÃES, ANNE WARTH, CRISTIAN FAVARO, ANDRÉ ÍTALO ROCHA, CYNTHIA DECLOEDT, TALITA NASCIMENTO

**Título:** Famílias Falabella e Gerdau juntas na 3R Petroleum

### Coluna do Broadcast

A abertura de capital da 3R Petroleum (leia mais à pág. B10) atraiu duas famílias pra lá de conhecidas no continente: a Falabella, dona da cadeia de lojas chilena batizada com o sobrenome, e a Gerdau, controladora da siderúrgica brasileira. Investidores próximos ao processo disseram que, além do preço atrativo, o fato de duas famílias de peso ancorarem o negócio deu muito mais conforto à transação. A rede Falabella é avaliada em R\$ 70 bilhões e a siderúrgica Gerdau, em R\$ 50 bilhões. A oferta da 3R foi apenas primária, ou seja, com os recursos captados indo para o caixa da empresa para serem usados principalmente na compra de ativos da Petrobrás. Também para serem colocados em sua área

produtora, o Polo de Macau. Foram coordenadores da oferta XP, BTG, Itaú BBA e Genial.

» Por falar em maquininha. Com o apagão no Amapá, a Rede, empresa de meios de pagamentos do Itaú Unibanco, vai isentar seus clientes no Estado do pagamento do aluguel de maquininhas em novembro. A fatura seria cobrada em dezembro.

» De olho. O Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em parceria com a Petrobrás e a Corregedoria Geral da União (CGU), iniciaram esta semana um programa para capacitar funcionários de estatais e corregedorias estaduais e municipais que atuam no combate à corrupção a aplicarem sanções administrativas com base na lei que responsabiliza empresas que praticam corrupção.

O Banco Mundial tem programas nesse sentido no mundo. Na América Latina, o Brasil será o primeiro.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 13/11/2020**

**Seção: Política**

**Autor: Pepita Ortega Rayssa Motta**

**Título: Sem energia, Macapá tem votação adiada**

Plenário do TSE confirma decisão de Barroso, por falta de segurança, mas ressalta que o pleito seja realizado ainda neste ano

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou ontem a decisão do presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, que suspendeu as eleições municipais em Macapá, um dos 13 municípios do Amapá que passam por problemas de fornecimento de energia, “até que se restabeleçam as condições materiais e técnicas para a realização do pleito, com segurança da população”. O colegiado acrescentou a indicação de que o processo eleitoral deve ser concluído ainda neste ano, até o dia 27 de dezembro.

Na sessão, Barroso destacou trechos de sua decisão, divulgada na madrugada de ontem, como a indicação de que, após conversar com autoridades, constatou que havia “consenso acerca dos riscos da realização das eleições neste domingo, em razão da instabilidade do fornecimento da energia, do aumento expressivo da criminalidade e mesmo sinais de convulsão social”. “Parece fora de dúvida que os riscos apontados pelas autoridades competentes justificam o adiamento das eleições para data em que o exercício do voto possa se dar em

ambiente de segurança e tranquilidade”, registra a ementa da decisão de Barroso.

“À vista do quadro geral noticiado no presente processo, não é legítimo exigir que a população de Macapá compareça às urnas neste próximo domingo.” Em entrevista à Rádio Eldorado, ontem, o ministro disse ter sido informado que até mesmo a ação de facções criminosas estava fora de controle durante a crise energética e social vivida pelo Estado.

Data. Durante a sessão de ontem, os ministros do TSE Renato Brill de Goés e Alexandre de Moraes manifestaram preocupações sobre novas datas das eleições. O primeiro sugeriu que a Corte determinasse ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TREAP) que já fixasse as novas datas para o pleito. Barroso, no entanto, lembrou sobre alguns possíveis problemas da medida: “Não me parece bem fixar datas agora, porque acho pior ter que remarcar depois”.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 13/11/2020**

**Seção: Economia**

**Autor: Renée Pereira**

**Título: Ambev vai construir 48 usinas solares para abastecer centros de distribuição**

Unidades, que serão construídas em 21 Estados e no Distrito Federal, deverão ficar prontas até o fim do 1º trimestre do ano que vem; investimento faz parte da meta de garantir que 100% da energia consumida pela empresa tenha origem em fontes renováveis até 2025

Num momento de intensa discussão sobre a chamada “retomada verde”, a fabricante de bebidas Ambev anunciou a construção de 48 usinas solares para abastecer 94 centros de distribuição espalhados pelo Brasil. A iniciativa faz parte do compromisso da empresa de ter 100% da energia consumida de fontes renováveis e de reduzir em 25% as emissões de carbono até 2025. No total, serão instalados 51 mil painéis solares com capacidade para gerar 19 megawatts (MW), o suficiente para abastecer 15 mil residências.

Os parques solares serão construídos em 21 Estados e no Distrito Federal e promoverão uma redução de 4,6 mil toneladas de CO2 por ano na empresa. Para se ter ideia, isso representa o mesmo que tirar de circulação 2,3 mil carros das ruas. O projeto será feito em parceria com as empresas Solution, GD Solar e Gera Energia. Elas vão ser responsáveis por todo o empreendimento e pela entrega da energia à

Ambev, num contrato de dez anos. Após esse prazo, a fabricante de bebidas terá a opção de compra das unidades.

A primeira usina solar desse projeto foi inaugurada em Anápolis (GO), no mês passado. A planta, construída no formato da marca da Budweiser, vai abastecer quatro centros de distribuição da empresa no local. Até dezembro, serão inauguradas outras 20 unidades e as demais até o fim do primeiro trimestre do ano que vem, diz o diretor de Sustentabilidade e Suprimento da Ambev, Leonardo Coelho.

Ele explica que a ideia do projeto solar surgiu com as iniciativas para abastecer as cervejarias do grupo. No ano passado, a Budweiser, da Ambev, anunciou a construção de um parque eólico na Bahia, com capacidade de 80 MW. O empreendimento, que será construído em parceria com a gestora de investimento Casaforte, deve ficar pronto no início de 2022 e vai abastecer 100% do consumo das cinco cervejarias que produzem Budweiser no País.

A iniciativa representará uma redução de 20 mil toneladas de dióxido de carbono por ano - ou 35 mil carros retirados de circulação das ruas. “Essas medidas vão ajudar a empresa a atingir suas metas de sustentabilidade previstas para 2025”, diz Coelho. Além da parte elétrica, a empresa também tem projetos de gestão de água, agricultura sustentável e embalagens retornáveis ou recicláveis. Segundo a empresa, nos últimos cinco anos, foi investido mais de R\$ 1 bilhão em projetos voltados para sustentabilidade na operação no País.

Por questões estratégicas, a empresa não informa qual o percentual de energia será própria e quanto será comprado no mercado livre. “Não temos a ambição de ser uma empresa de energia. Nossa principal preocupação é com o meio ambiente e, por isso, temos o compromisso de usar só energia renovável, seja ela própria ou comprada do mercado livre”, diz a empresa.

Atração. A energia solar - além da eólica - tem sido uma importante opção para as empresas alcançarem suas metas de redução de CO2. Desde 2012, a geração distribuída - que inclui investimento de consumidores residenciais - soma 3,8 gigawatts de potência instalada e mais de R\$ 19 bilhões em novos investimentos ao País.

“As questões climáticas e o aumento de gastos com eletricidade têm impulsionado investimento das empresas. E isso vai continuar crescendo daqui para frente”, diz a vice-presidente de geração distribuída da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Barbara Rubin. Segundo ela, movimentos como o da Ambev ampliam a confiança no setor e trazem novos clientes e investimentos.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 13/11/2020****Seção: Economia****Autor: Daniel Weterman / Brasília****Título: Socorro deve ser mantido no AP, diz Alcolumbre**

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), pediu ao presidente Jair Bolsonaro e ao ministro da Economia, Paulo Guedes, para prorrogar o auxílio emergencial pago durante a pandemia de covid-19 no Amapá. A justificativa é socorrer pessoas atingidas pelo apagão no Estado, que deixou a maior parte dos municípios sem energia elétrica.

“Os amapaenses perderam a comida de um mês, tudo estragou nas geladeiras. As pessoas estão sofrendo. É dever do Estado socorrê-las”, escreveu Alcolumbre nas redes sociais. “Depois do apagão, nove dias atrás, o Amapá ainda não teve 100% da energia restabelecida. O sistema de rodízio impõe prejuízo e problemas. A população está sofrendo e precisa de ajuda e de respostas efetivas.”

O pedido de Alcolumbre ocorre após o parlamentar agir para adiar as eleições municipais em Macapá, cidade onde seu irmão e suplente no Senado, Josiel Alcolumbre (DEM), é candidato a prefeito. Segundo a última pesquisa Ibope, divulgada na quarta-feira, Josiel caiu 9 pontos percentuais em relação ao último levantamento, mas ainda lidera a corrida, com 26% das intenções de voto.

No Amapá, o benefício é pago para 321.787 pessoas, o que equivale a 37% da população do Estado, de acordo com o Ministério da Cidadania.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 13/11/2020****Seção: Metrópole****Autor: Patrik Camporez / BRASÍLIA****Título: Brumadinho: MG e Vale iniciam acordo sem ouvir vítimas**

Advogados dos moradores afirmam que, com o acerto, mineradora economiza R\$ 24 bilhões e que negociação, por lei, deve ser pública

O governo de Minas e a Vale iniciaram a negociação de acordo sigiloso que exclui da discussão os atingidos pelo rompimento da barragem de Brumadinho. Os advogados dos representantes das famílias das vítimas e comunidades afetadas alegam que, se firmado, o acordo levará a mineradora a economizar cerca de R\$ 24 bilhões ante o último cálculo de indenização. A empresa e o Estado confirmam a negociação, mas não dizem por que os atingidos não

participam da discussão nem revelam o novo valor. A Vale e o governo dizem apenas que a quantia é uma contraproposta à indenização estipulada inicialmente. O rompimento da barragem de Brumadinho ocorreu em 25 de janeiro de 2019 e deixou 272 mortos. Onze corpos continuam desaparecidos.

No último dia 4, um despacho do desembargador Newton Carvalho, do Tribunal de Justiça mineiro, decretou sigilo sobre essa negociação em curso. Ontem, o tribunal derrubou a decisão, mas, mesmo assim, os dados continuam em segredo. Segundo o Instituto Guaicuy, que dá assessoria técnica independente às pessoas e comunidades atingidas, não houve acesso aos documentos até ontem à noite. As associações que representam as vítimas dizem que a Justiça manteve a confidencialidade do documento, o que permite a consulta dos materiais só pelas partes envolvidas – e as famílias estão excluídas do processo.

Advogados que tiveram acesso a dados iniciais das negociações disseram que o governo de Minas e a Vale estariam fechando proposta de acordo de R\$ 28 bilhões, dos quais R\$ 21,5 bi seriam para obras na Bacia do Paraopeba e R\$ 3 bilhões iriam para investimentos sociais no terceiro setor coordenados pelo Ministério Público de Minas (MP-MG). Outros R\$ 3,5 bilhões seriam separados para o governo do Estado. O Guaicuy afirma que o acordo, “feito a portas fechadas entre o governo e a Vale”, desconsidera a produção de relatórios que apontavam para a necessidade de indenização bem maior, de R\$ 54 bilhões. “Na prática, o acordo será feito sem o conhecimento da dimensão completa dos prejuízos provocados pelo desastre”, destacou o Guaicuy, em nota enviada à reportagem.

Para o advogado Pedro Andrade, especialista em Direito Popular do Guaicuy, “a Constituição não só diz que a população tem direito de participar dos acordos em desastres ambientais como afirma que os atos judiciais nesses casos devem ser públicos, salvo em casos muitos específicos”. Em 28 de agosto, o MP-MG, a Defensoria e o próprio governo de Minas pediram que a mineradora fosse condenada a indenizar o Estado por perdas econômicas de R\$ 26,6 bilhões e a pagar indenização por danos morais coletivos e sociais calculados em R\$ 28 bilhões.

Caso a multinacional e o governo fechem este novo acordo, o valor inicialmente previsto seria, na prática, descartado. Exclusão. O doutor em Direito Constitucional José Luiz Quadros de Magalhães, professor da Universidade Federal de Minas (UFMG) e da PUC Minas, classificou como “absurdo jurídico” a negociação sigilosa. “Isso é um acordo lamentável, pelo segredo e pela exclusão das pessoas interessadas. Absurdo jurídico, moral e humano”, criticou ele.

‘Ainda não há definição sobre valores’, diz empresa

A Vale confirmou que tem conversado com o governo de Minas e instituições de Justiça federais e estaduais, “visando a um possível acordo em benefício de todo o Estado e especialmente das populações de Brumadinho e municípios impactados da calha do rio Paraopeba”. A empresa, porém, disse que só dará mais informações nos autos do processo, que corre em sigilo. “Ainda não há definição de valores para um eventual acordo”, destacou. O Executivo mineiro também admitiu que negocia acordo, mediado pelo TJ de Minas, com a mineradora, a título de reparação de danos socioeconômicos e socioambientais causados pelo rompimento da barragem. Ministério Público e a Defensoria de Minas participam do acordo.

Conforme o governo, em petição conjunta apresentada em agosto passado, da qual também foram signatários o MP Federal, a Defensoria da União e a AGU, foi apresentado pedido total de R\$ 54,6 bilhões, sendo R\$ 28 bi por danos morais coletivos e sociais e R\$ 26,6 bi a título de compensação à sociedade mineira”. Em outubro, no entanto, houve, segundo o governo, uma primeira audiência de conciliação no Poder Judiciário. “A Vale apresentou contraproposta – no momento, sob segredo de justiça. O governo e instituições jurídicas apresentaram petição solicitando a quebra do sigilo”. Segundo o governo de Minas, os “valores de projetos e destinação” mencionados, pelos advogados das associações de atingidos, “não condizem” com a contraproposta apresentada. / P. C.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 13/11/2020

**Seção:** Poder

**Autor:** Danielle Brant e Renato Machado

**Título:** Congressistas fazem campanha para pais, irmãos e familiares

Com Congresso praticamente parado, políticos dedicam suas agendas à promoção de candidatos em seus redutos

Brasília - Depois de meses de um ritmo de votação acelerado mesmo durante uma pandemia, o Congresso entrou em outubro em um modo marasmo, com presidentes, deputados e senadores dedicados a emplacar pais e irmãos nas eleições municipais.

O esforço começa do topo. Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), se tornaram os principais cabos eleitorais de parentes.

Maia, por exemplo, usa suas redes sociais para fazer campanha para o pai, Cesar Maia (DEM), candidato a vereador. A foto do presidente da Câmara no Twitter e no Instagram tem o número do ex-prefeito do Rio de Janeiro.

No Instagram, o apoio é mais explícito, com postagens a favor do pai e um vídeo que traz seu depoimento a favor da candidatura de Cesar Maia.

Já Alcolumbre luta pela vitória do irmão Josiel (DEM) para a prefeitura de Macapá. Ele liderava as pesquisas antes do apagão que atingiu o Amapá desde 3 de novembro, o que fez com que os rivais dirigissem seus ataques ao líder.

Os eventos dos últimos dias acabaram respingando no irmão do presidente do Senado. Na última pesquisa Ibope, divulgada na noite de quarta-feira (11), Josiel ainda liderava, mas com 26% dos votos —9 pontos percentuais amenos do que no levantamento anterior.

Logo no início da crise, o senador deixou uma sessão do Congresso no Senado na quarta-feira (4) e rumou para o estado.

Desde então, ele dedica a maior parte das postagens ao problema de fornecimento energético no Amapá, desconsiderando outros assuntos que foram notícia, como a eleição do democrata Joe Biden nos Estados Unidos.

Além disso, tem solicitado a todo custo um grande engajamento do governo federal, com reuniões frequentes com o **ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia)** e mesmo com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Os dois estão longe de serem os únicos cabos eleitorais do Congresso. Na Câmara e no Senado são vários os parlamentares que deixaram de lado preocupações legislativas para se jogar nas campanhas de parentes ou amigos.

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho 03 do presidente da República, alterna postagens críticas à mídia e aos adversários políticos do pai com —raras— mensagens de apoio ao irmão Carlos, candidato à reeleição na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, e à mãe, Rogéria, que disputa o mesmo posto.

Seguindo o exemplo do pai, que usa suas lives para fazer campanha eleitoral, o deputado dedica parte do tempo em suas redes sociais para promover candidaturas de prefeitos —como Celso Russomanno, em São Paulo, e Allan Lyra, em Niterói (RJ)— e vereadores.

Nesse sentido, o irmão mais velho, senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), tem atuação ainda mais discreta.

No Twitter, suas postagens buscam divulgar o governo do presidente. Mesmo no Instagram são quase inexistentes as mensagens de apoio a seus familiares — uma das poucas, postada no dia 8, reúne Carlos e Rogéria no mesmo post.

Discrição, por outro lado, é uma palavra que pouco se aplica à estratégia adotada pela deputada bolsonarista Carla Zambelli (PSL-SP) para tentar eleger o irmão Bruno como vereador de São Paulo.

No Twitter, ao lado do nome, Zambelli colocou o número de Bruno. A deputada, que faz postagens críticas ao presidente da Câmara, de defesa de Bolsonaro e de torcida por Donald Trump na eleição em que o republicano foi derrotado, também dedica algum tempo para divulgar o irmão e outras candidaturas — no Instagram, o esforço é mais visível.

A campanha de Bruno Zambelli chama a atenção por ter arrecadado apenas R\$ 2.500, valor contido em uma única doação de apoiador, segundo dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O único gasto até o momento foi de R\$ 1.264, com uma empresa de comunicação visual, que, curiosamente, pertence ao apoiador que fez a doação.

A deputada também abraçou a campanha do Major Paulo (Patriota) à prefeitura de Mairiporã (SP). O pai da parlamentar, João Hélio Salgado, é vice na chapa.

Além disso, ela tenta assegurar uma vaga para a cunhada Tatiana Flores Zambelli na Câmara Municipal da cidade.

Outros dois bolsonaristas tentam emplacar parentes nas eleições municipais.

O deputado Carlos Jordy (PSL-RJ) faz campanha pelo irmão Renan Leal (Podemos) como vereador em Niterói. O colega Otoni de Paula (PSC-RJ) tenta eleger o pai, Otoni de Paula Pai (Solidariedade), vereador no Rio de Janeiro.

Em Niterói, ambos travam um embate para se apropriar da expressão “candidato de direita” na briga pela prefeitura. Jordy apoia Allan Lyra (PTC). Otoni de Paula defende a eleição de Deuler (PSL).

No Senado, além de Alcolumbre, outros congressistas atuam pela vitória de seus candidatos. O líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), faz campanha pelo irmão André Gomes (Avante) como vice-prefeito de Palmas. Sua chapa lidera a corrida, segundo as pesquisas.

O senador Esperidião Amin (PP-SC) respalda a mulher, a deputada federal Ângela Amin (PP-SC), na corrida pela prefeitura de Florianópolis. Ela aparece em

terceiro nas pesquisas, com 9%, em uma disputa que deve ser resolvida no primeiro turno, com a provável vitória de Gean Loureiro (DEM).

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 13/11/2020

**Seção:** Cotidiano

**Autor:** Vinicius Sassine

**Título:** Quilombolas do AP perdem carne, peixe e fruta no apagão

Preço inflacionado das velas faz moradores de comunidades improvisarem

Moradores de quilombos do Amapá, um estado com dezenas dessas comunidades tradicionais, perderam carne, frango, peixe e polpas de frutas desde o apagão iniciado no último dia 3, o que obrigou essas pessoas a retomarem métodos antigos de conservação dos alimentos, como salgar a carne. A persistência do apagão também levou quilombolas de volta à luz da lamparina.

A falta de energia já era rotina. Em um mês, nos lugares onde a eletricidade já chegou há mais de dez anos, são comuns três ou quatro blecautes, que duram dias. Agora, o apagão agravou a situação e fez com que comunidades quilombolas regredissem no usufruto de direitos conquistados ao longo de décadas.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), existem 33 processos abertos de regularização de territórios quilombolas no Amapá. Vinte são na capital, Macapá. Dos processos abertos, cinco já resultaram em titulação, o derradeiro passo na regularização.

A Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) estima uma quantidade bem maior do que o número de processos abertos no Incra. Conforme a Conaq, o Amapá tem 258 áreas de quilombo identificadas. São comunidades onde os moradores carregam a ancestralidade de escravos fugidos da opressão e refugiados em áreas de difícil acesso.

Vários quilombos estão próximos do núcleo urbano de Macapá, no próprio perímetro da cidade, com bons acessos por estrada asfaltada e de terra. Outros estão em áreas mais isoladas. Em todos eles, o apagão foi mais prolongado do que nos bairros da capital.

No quilombo Conceição do Macacoari, a 60 km do centro de Macapá, o apagão durou uma semana. As cerca de 40 famílias da comunidade só tiveram luz na segunda (9).

O rodízio de energia, de seis em seis horas, começou a valer para a região, mas sempre-visibilidade. A Folha esteve na comunidade na noite de quarta-feira (11). Havia energia quando a reportagem chegou. Poucos minutos depois, tudo ficou escuro. A interrupção de energia se repetiu em comunidades quilombolas mais próximas a Macapá.

Doralice Jesus Picanço, 63, acendeu as duas lamparinas que tem em casa. Ela improvisou os utensílios com frascos de desodorante. “Voltamos ao tempo antigo da lamparina. Vela está muito cara”, diz ela.

A vela passou a ser um item de sobrevivência. Todo mundo reclama do preço inflacionado na pandemia, a exemplo dos garrafões de água mineral.

Por isso, a empresa Sankofa Quilombo Cultural, que organizou a distribuição de cestas básicas nas comunidades quilombolas mais próximas do núcleo urbano de Macapá, incluiu kits com maço de vela, fósforo e álcool.

Sem energia, não há bombeamento de água. Picanço precisa buscar água com baldes em um poço na comunidade. Um filho a ajuda na tarefa. “Com uma certa idade, ficando doente, a gente esperava viver de uma forma mais confortável. Mas não, tudo é uma dificuldade pra gente.”

Sobrinha de Picanço, Ana Rita, 44, já preparava polpa de bacuri — fruta típica da região Norte — para os festejos de Natal. Perdeu tudo, junto com as polpas de maracujá, mangaba e caju. Ela também perdeu carne, frango e peixe mantidos refrigerados.

A comunidade vive de criação de animais e pequenas plantações. Sem energia, os moradores estão precisando voltar a usar técnicas mais arcaicas de conservação. “Antes, a gente tinha essas técnicas, e elas estão sendo necessárias outra vez”, diz Rita.

Os moradores de São José do Mata Fome, uma comunidade quilombola mais próxima de Macapá, também perderam comida em razão do apagão. “A gente armazenava galinha, carne. Estragou tudo. Agora a gente pega peixe, mas estraga, porque não dá para armazenar”, afirma Raimunda Neri de Souza, 61.

O rodízio vem ocorrendo. Mas, com a bomba queimada, os moradores precisam buscar água, com balde, num poço artesiano. “Meu braço está doído de tanto carregar água no balde”, diz Souza.

Para compensar a perda de alimentos, os moradores de Mata Fome vão a Macapá comprar processados. Eles percorrem a pé a estrada de chão até chegarem à rodovia, onde pegam um ônibus.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Data: 13/11/2020****Seção: Poder****Autor: Vinicius Sassine****Título: Com eleição adiada, Macapá lida com ‘humilhação’ e protestos diários**

Apagão que atinge o estado fez TSE suspender o pleito, ainda sem previsão de nova data

Macapá- Os candidatos à Prefeitura de Macapá se viram obrigados a lidar com um novo e surpreendente elemento na disputa: a “humilhação” a que foram submetidos os eleitores em razão do apagão no Amapá desde o último dia 3.

Apalavra é reiteradamente dita pelos moradores da capital amapaense para resumir o que sentem desde que ficaram no escuro.

O problema está longe de ser resolvido, aponto de o TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Amapá pedir ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) na quarta-feira (11) o adiamento das eleições em Macapá, sem a definição de uma nova data.

Todos os ministros do Tribunal votaram para referendar a decisão anunciada pelo presidente da corte, Luís Roberto Barroso, que já havia decidido alterar a data do pleito devido ao apagão.

O TSE definiu, ainda, que o novo prazo para a disputa municipal não pode passar do dia 27 de dezembro para evitar a extensão dos atuais mandatos.

A medida vale apenas para a capital. Nas outras 15 cidades do estado, a votação está prevista para ocorrer neste domingo (15).

De acordo com a corte eleitoral, o adiamento acontecerá até que sejam restabelecidas “as condições materiais e técnicas para a realização do pleito, com segurança da população”.

Na sessão desta quinta-feira, Barroso afirmou que o ideal é que o pleito em Macapá seja realizado o quanto antes.

O pedido feito pelo TRE-AP foi embasado na falta de segurança para a realização das eleições na capital. A avaliação é respaldada por outros órgãos públicos, como a Polícia Rodoviária Federal, o Exército e a Abin (Agência Brasileira de Inteligência).

“Não é legítimo exigir que a população de Macapá seja submetida ao sacrifício extremo de ser obrigada a comparecer às urnas em situação de calamidade

pública, reconhecida por decreto municipal, e, ainda, de risco à segurança”, afirma trecho da decisão.

Além disso, no caso da manutenção das eleições neste domingo havia o temor de manifestações em frente aos locais de votação por causa da falta de energia elétrica e do desabastecimento de água. Nesse caso, as autoridades acreditam que os eleitores da capital correriam riscos.

Um apagão causado por incêndio em transformador em uma subestação de Macapá no dia 3 de novembro afetou 13 das 16 cidades do estado, prejudicando cerca de 700 mil pessoas.

Segundo o presidente do TRE-AP, Rommel Araújo, representantes das áreas de inteligência de órgãos de segurança relataram durante reunião a ocorrência de ações de vandalismo, “algumas delas dirigidas e coordenadas por membros de facções criminosas” na capital.

Outro agravante é o fato de o efetivo da Polícia Militar estar reduzido porque vários policiais estão com a Covid-19.

Os primeiros dias sem energia e o posterior racionamento a que foram submetidos, com imprevisibilidade de horários em algumas regiões da cidade, provocaram a fúria dos moradores de Macapá.

A animosidade não se resume aos protestos, que seguem ocorrendo praticamente todas as noites, em distintos bairros da cidade. A Folha presenciou diversas situações em que comunidades não aceitam a presença de cabos eleitorais.

É assim, por exemplo, nas chamadas áreas de ressaca, que são as extensões de alguns bairros sobre áreas de lago. Ao lado de estreitas pontes de madeira, favelas sobre a água foram erguidas. Um único bairro, Congós, tem 30 mil moradores vivendo nessas “baixadas”. É muito freqüente encontrar moradores refratários à presença de cabos eleitorais e distribuidores de santinhos.

Cabos eleitorais também não são bem recebidos em comunidades mais afastadas. São os casos, por exemplo, de comunidades quilombolas próximas ao núcleo urbano de Macapá.

O mau humor na cidade — para dizer o mínimo — é generalizado diante da falta de solução para o problema e dos transtornos com a falta de energia. Já são nove dias de apagão. O impacto na disputa eleitoral é inevitável, com a população buscando culpados para o problema no meio político.

A última pesquisa Ibope, feita dos dias 9 a 11 — ou seja, já durante o apagão — e divulgada nesta quarta (11), revela uma possibilidade de alteração de cenários.

Josiel Alcolumbre (DEM), irmão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), lidera a disputa, com 26% dos votos válidos — que excluem brancos, nulos e indecisos. Mas esta liderança já foi maior.

Antes do apagão, conforme levantamento do Ibope divulgado em 28 de outubro, Josiel tinha 35% dos votos válidos.

O irmão de Davi é visto como o candidato que representa os atuais detentores do poder: estão com ele o presidente do Senado; o atual prefeito de Macapá, Clécio Luís (sem partido); e o governador do Amapá, Waldez Góes (PDT). Sobre este último, recaem as principais cobranças, na esfera estadual, sobre o apagão.

Os adversários de Josiel o acusam de só defender o adiamento da eleição depois de revelada a queda na pesquisa. Os assessores do candidato afirmam que ele sempre defendeu a ideia, só não a levava para a campanha no rádio e na TV.

Até o apagão, o segundo colocado na disputa, segunda o Ibope, era João Capiberibe (PSB), que governou o Amapá entre 1995 e 2002. Ele tinha 17% das intenções de voto, e foi para 13%. A margem de erro é de quatro pontos percentuais, para mais ou para menos.

O segundo lugar tem um empate técnico entre a deputada federal Patrícia Ferraz (Podemos) e o deputado estadual Dr. Furlan (Cidadania).

Ferraz, que vem explorando o apagão em sua campanha, passou de 13% para 18% das intenções de voto. Já Furlan foi de 13% para 17%. Ele diz que sempre defendeu o adiamento da eleição, desde o início do apagão.

Os dois deputados fazem o discurso contra a “velha política”, na linha do que fez Jair Bolsonaro (sem partido) na disputa pela Presidência em 2018. Ferraz e Furlan têm simpatia pelo presidente e ambos buscam seu eleitorado em Macapá.

Estão na disputa ainda o pastor Guaracy (PSL) e Cirilo Fernandes (PRTB), também do campo bolsonarista. Eles têm 8% e 7% dos votos válidos, respectivamente, segundo o Ibope, e ficaram estáveis desde o apagão.

Do campo da esquerda, além de Capiberibe, estão na corrida o deputado estadual Paulo Lemos (PSOL), com 5%, e o Professor Marcos (PT), com 2%. Lemos tinha apenas 1% antes da escuridão que tomou conta da capital amapaense.

Colaborou Cristina Camargo, de São Paulo

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 13/11/2020**

**Seção: O País**

**Autor: NATÁLIA PORTINARI E JULIA LINDNER BRASÍLIA**

**Título: Apagão atinge capital político de Alcolumbre**

Candidato a se reeleger presidente do Senado, ele viu seu reduto entrar em crise e seu irmão, Josiel, cair nas pesquisas para prefeito de Macapá; adversários acusam parlamentar de articular adiamento das eleições

O apagão no Amapá nos últimos dez dias atinge o capital político de Davi Alcolumbre (DEM-AP), presidente do Senado, em seu calcanhar de Aquiles — sua popularidade com o eleitorado local. Chamado pejorativamente de “vereador” por adversários, Alcolumbre se vende como o político capaz de trazer obras e melhorias para o estado e para a capital, Macapá.

Pretendendo se reeleger na presidência do Senado — ele ainda precisa encontrar uma saída jurídica que permita a candidatura, vedada pela Constituição —, Alcolumbre ganhou dor de cabeça no próprio reduto. A demora do governo federal em restabelecer a energia elétrica no estado, causando uma calamidade na última semana, afetou a campanha de Josiel Alcolumbre (DEM), irmão de Davi e candidato a prefeito de Macapá. Sua intenção de voto caiu de 35% para 26% e sua rejeição aumentou, apesar de manter a liderança. João Capiberibe (PSB), outro candidato associado à política “tradicional”, também caiu nas pesquisas, enquanto Patricia Ferraz (Podemos) e Dr. Furlan (Cidadania) subiram. O pleito foi adiado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em entrevista à rádio Diário FM, Davi Alcolumbre disse que o “maior prejudicado” do apagão, que deixou hospitais, residências e supermercados sem luz, foi seu irmão, que perdeu a perspectiva de ganhar a eleição no primeiro turno.

—O maior prejudicado desse apagão chama-se Josiel Alcolumbre, que ia ganhar a eleição no 1º turno, está hoje com praticamente o dobro do segundo. Se tem alguém que foi prejudicado chama-se Josiel, porque está sendo agredido por todos os outros candidatos —disse Alcolumbre durante a entrevista.

## DÚVIDA NO SEGUNDO TURNO

Na campanha de Josiel, a pesquisa Ibope, divulgada na última quarta-feira, acendeu um alerta de que o segundo turno poderia não ser entre Capiberibe e Josiel Alcolumbre, como esperado, e sim com Dr. Furlan ou Patrícia Ferraz. Um

assessor de Josiel chegou a procurar a campanha do PSB recomendando uma ação conjunta para atacar os dois candidatos da “antipolítica”, como estratégia de sobrevivência para mitigar o efeito do apagão.

A decisão do TSE pelo adiamento foi tomada poucas horas após a divulgação da pesquisa Ibope. Ontem, Alcolumbre reclamou que adversários políticos que antes defendiam o adiamento do pleito agora tentam acusá-lo de ter articulado a mudança.

Alcolumbre demonstra preocupação a interlocutores. Sua gestão como presidente do Senado é marcada pela prioridade ao Amapá, que visita regularmente para inaugurações e eventos. Políticos de lá ocupam também espaço considerável em sua agenda como presidente do Congresso.

O deputado federal Camilo Capiberibe (PSB), filho do ex-senador e candidato João Capiberibe, diz que o apagão “queimou” Alcolumbre, seu opositor.

— Toda a campanha do irmão dele aqui em Macapá é baseada na força política que o Davi tem para enfrentar qualquer problema que o estado enfrente. De repente, quando tem um apagão e o Davi não consegue resolver, isso atinge em cheio a estrutura da campanha dele.

Adversários da família Alcolumbre no Amapá questionam o motivo do adiamento do pleito ter sido determinado pelo TSE apenas em Macapá. Eles alegam que outros 12 municípios sofrem com os efeitos do apagão, mas tiveram a eleição mantida.

Em vídeo divulgado nas redes sociais, o candidato João Capiberibe acusou o presidente do Senado de ter o intuito de favorecer o irmão ao ter ligado ontem para o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, para falar do tema.

— Isso é um fato muito estranho porque são 13 municípios do estado submetidos ao apagão e ao racionamento da energia elétrica... Muito estranho é que apenas o município de quem concorre com o irmão do presidente do Senado tenha a sua eleição adiada — disse o candidato do PSB.

Apesar do desgaste local, as questões de Macapá têm pouco efeito sobre a tentativa de Alcolumbre em buscar um novo mandato na presidência do Senado. Ele ainda aguarda uma posição do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema e articula nos bastidores para alterar o regimento do Senado caso a Corte decida que o assunto é “interna corporis”.

**VEÍCULO: O Globo****Data: 13/11/2020****Seção: Economia****Autor: IVAN MARTÍNEZ-VARGAS São Paulo****Título: Justiça decreta o fim da recuperação judicial da Refit**

Segundo juíza, plano vem sendo cumprido e faturamento da empresa aumentou

A juíza Maria da Penha Nobre Mauro, da 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, decidiu ontem encerrar o processo de recuperação judicial da Refit (antiga Manguinhos), iniciado em 2013 e homologado pela Justiça em 2017.

A magistrada negou um pedido feito pela Refit e por suas controladas Refinaria de Manguinhos, Gasdiesel Distribuidora, Manguinhos Química e MG Distribuidora, em 22 de outubro, para continuar sob proteção contra a falência. A sentença não retira a obrigação da empresa de cumprir o pagamento de seus credores como previsto no plano de recuperação.

Em sua decisão, Maria da Penha destaca que a lei de falências não prevê prorrogação da recuperação para além dos dois anos depois da concessão do regime. Diz também que o plano de recuperação da empresa vem sendo cumprido e cita que o faturamento e o número de empregados da Refit duplicaram de 2015 a 2019.

O número de empregados aumentou de 300, em agosto de 2015, para 621, em agosto de 2019. No mesmo período, a receita bruta das empresas saltou de R\$ 130 milhões para R\$ 247 milhões. Segundo a magistrada, isso denotaria “que os fins da recuperação judicial foram atingidos”.

“O passivo da recuperanda (Refit) que ensejou a situação de crise e embasou a presente recuperação judicial se encontra devidamente equalizado, restando pendentes de quitação apenas 25 credores que continuarão recebendo seus créditos na forma parcelada aprovada no PRJ (plano de recuperação)”, diz a sentença.

Em seu pedido original, ao qual O GLOBO teve acesso, a Refit dizia que a pandemia do coronavírus havia afetado seus negócios e que encerrar a recuperação judicial poderia inviabilizar as atividades.

“Os impactos do Covid-19 resultaram não só na tão noticiada queda de demanda por combustíveis causada pelas medidas sanitárias que limitaram a circulação de pessoas, com reflexos tanto no setor de serviços como na

indústria, mas também em um desajuste cambial fortíssimo”, diz a petição da Refit. A matéria-prima da refinaria é importada.

Procurada pelo GLOBO, a Refit afirmou, em nota, que soube da decisão judicial pela imprensa e que vai se manifestar apenas nos autos.

Para Ronaldo Vasconcelos, professor de insolvência da Universidade Mackenzie e sócio do escritório VH, a decisão é acertada e cumpre o estipulado expressamente na lei:

— Geralmente, quando a empresa está em recuperação, tem a esperança que vai ter uma certa blindagem contra execução de credores e, por isso, pede para continuar nessa situação. Do ponto de vista do mercado, não é algo bom estar ou continuar em recuperação.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 13/11/2020

**Seção:** Brasil

**Autor:** Fabio Grecchi/Renato Souza

**Título:** Apagão no Amapá sob investigação federal

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), afirmou, ontem, que vai solicitar à Polícia Federal e ao Ministério Público a abertura de investigação sobre o apagão que atinge o Amapá há 11 dias. De acordo com o parlamentar, apuração inicial da Polícia Civil aponta que não foi um raio que atingiu a subestação de energia e queimou os transformadores, como se suspeitava inicialmente. Pelo menos 16 municípios sofrem com o apagão.

Antes da iniciativa de Alcolumbre, o Tribunal de Contas da União (TCU) disse que vai apurar se houve algum tipo de omissão do poder público no incidente. A ministra Ana Arraes determinou à área técnica da corte de contas que investigue se o governo agiu com a diligência que o caso exigia. O TCU quer apurar se os meios de fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) são suficientes para inibir ocorrências da mesma natureza.

No documento, o tribunal também cobra informações sobre os critérios de planejamento e operação a cargo do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e do ONS. A ideia é avaliar se eles precisam de aprimoramentos que possam ajudar a evitar a repetição de casos similares.

Em despacho, a ministra relata que o próprio governo admitiu que um terceiro transformador da subestação, que deveria servir como backup, estava em

manutenção desde dezembro. “A subestação Macapá constitui um elemento importante e frágil no fornecimento de energia elétrica ao estado do Amapá”, disse a ministra em um despacho, ressaltando que a interligação com o estado se dá por uma única linha de transmissão.

Na representação, o TCU coloca dúvidas sobre a gestão da concessionária Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE). Essa concessão pertencia à Isolux, que entrou em recuperação judicial na Espanha. Hoje, a linha é da Gemini Energy, empresa que pertence aos fundos de investimento Starboard e Perfin e que detém 85,04% da linha. Uma parcela de 14,96% pertence à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), com quem a concessionária tinha uma dívida que foi convertida em participação.

A EPE informou que prestará todas as informações ao órgão, colaborando de forma proativa, como tem sido nas diversas outras auditorias conduzidas pelo TCU. O Operador Nacional do Sistema Elétrico informa que, ao ser acionado pelo TCU, prestará as informações necessárias e explicará os detalhes solicitados pelo órgão.

## **Eleições**

Por unanimidade, o plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou, ontem, decisão do presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, que adiou as eleições municipais em Macapá, capital do Amapá. O primeiro turno em todo o país está previsto para o próximo domingo; e, o segundo, para 29 de novembro.

As novas datas do pleito em Macapá não foram definidas, mas ficou decidido pelo plenário do TSE que o processo de escolha do novo prefeito e vereadores deve ocorrer até 27 de dezembro. Barroso determinou o adiamento da eleição na noite de quarta-feira ao atender pedido do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Amapá, alegando insegurança devido ao apagão.

Em entrevista, o ministro disse ter sido informado de que as forças locais de segurança perderam o controle da situação e que facções criminosas estavam se aproveitando da crise energética para intimidar até mesmo representantes da política municipal e estadual. “Na segunda-feira, eu conversei com o presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Amapá, que me disse que estava tudo sob controle, com a perspectiva de regularização do fornecimento de energia elétrica. Ontem (quarta), porém, ele me ligou com uma narrativa diferente, que a situação estava fugindo de controle, que as facções estavam operando à insatisfação das pessoas, que já tinha havido quebra-quebra, ameaça de cercar o palácio, que a PM não tinha contingente suficiente para conter as manifestações e monitorar as inquietações”, relatou Barroso.

Barroso afirmou ter feito contato com a Polícia Federal e o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramagem, e constatado o risco de “convulsão social” e aumento da criminalidade em meio à falta de energia. Protestos e conflitos se espalham especialmente pelos bairros periféricos de Macapá, onde a população sofre também com ausência de alimentos, água e remédios.

O governo federal falou em um prazo de dez dias para restabelecer o fornecimento, o que não abarcaria o dia da eleição, 15 de novembro. Apesar de as urnas terem baterias com autonomia para o dia da votação, por segurança o TSE determinou que os dados com informações dos candidatos sejam zerados, para evitar fraudes.

[illegible]

## O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM



JULIO MESQUITA

(1864 - 1927)

Sexta-feira 13 DE NOVEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46413

estadão.com.br

## Um ano após reforma, ganho na Previdência supera expectativas

Previsão inicial era de economia de R\$ 3,5 bilhões, mas valor chega a R\$ 8,5 bilhões

Em vigor desde 13 de novembro de 2019, a reforma da Previdência superou a expectativa do governo e acumulou R\$ 8,5 bilhões em recursos federais poupados. A projeção inicial era de economia de R\$ 3,5 bilhões em 2020. Além da redução de despesas, a arrecadação após a elevação da contribuição cobrada de servidores federais e de militares das Forças Armadas também cresce mais que o esperado. O governo ainda

● **'Colchão' para a pandemia**  
Para especialistas, a reforma deu sustentação ao governo para gastar até agora R\$ 322 bilhões com o auxílio emergencial à população mais pobre. **PÁG. B4**

3% do PIB. Apesar dos sinais positivos, especialistas afirmam que é cedo para rever a tendência para os gastos previdenciários. Eles defendem a necessidade de uma nova reforma na próxima década, para elevar as idades mínimas de aposentadoria, unificar as regras entre categorias e criar o regime de capitalização, em que o trabalhador contribui para uma conta individual que bancará a aposentadoria. **ECONOMIA / PÁG. B4**

## Candidatas 'laranjas' na eleição podem chegar a 5 mil

Das cerca de 170 mil mulheres que estão na disputa das eleições municipais, pelo menos 5 mil podem ser "laranjas" para seus partidos cumprirem a cota mínima de 30% de candidatas. O levantamento feito pelas equipes de dois deputados e um senador teve como base características comuns a candidaturas lançadas para fraudar o processo eleitoral. **POLÍTICA / PÁG. A4**

● **Promessa de emprego**  
Desempregada e mãe de 2 filhos, dona de casa de Presidente Kubitschek (MG) disse que se candidatou em troca de promessa de emprego. **PÁG. A4**

## Negociação de indenização em Brumadinho exclui vítimas

Os atingidos pelo rompimento da barragem de Brumadinho foram excluídos da negociação pela Vale e o governo de Minas sobre um acordo. Advogados da família das vítimas e de comunidades afetadas alegam que a mineradora economizaria US\$ 24 bilhões em comparação com o último cálculo de indenização. Empresa Estadão admite o diálogo, mas não revela valores. **METRÓPOLE / PÁG. A18**

**R\$ 54 bilhões**  
deveria ser o valor da indenização, segundo instituto que assessora vítimas

## Agronegócio quer ponte com Biden e melhorar imagem

Apesar de Jair Bolsonaro não ter reconhecido o democrata Joe Biden como presidente eleito dos EUA, representantes do agronegócio brasileiro avaliam que o País precisa reverter a imagem negativa ligada ao meio ambiente. **ECONOMIA / PÁG. B1**

● **Bolsonaro desautoriza Mourão**  
Presidente chamou de "delírio" plano do vice de desapropriar terras de desmatadores na Amazônia. **POLÍTICA / PÁG. A13**

**Eliane Cantanhêde**  
Entre Bolsonaro e Mourão, acabou a saliva e sobrou a pólvora. Voz da choroque de realidade. **POLÍTICA / PÁG. A10**

**Fernando Gabeira**  
O exorcismo ainda não atingiu o Brasil. Mas se foi possível nos EUA, por que não aqui? **ESPAÇO ABERTO / PÁG. A2**

**NA QUARENTENA**  
**UMA CASA SUSTENTÁVEL**  
Veja a casa ideal. A sua também pode ser "verde". **PÁG. H1**

## Esportes

**F-1 em SP até 2025**  
Contrato para corridas em Interlagos foi renovado pelo governo do Estado. **PÁG. A20**

**Tempo em SP** 18º Min. 28º Máx.



## Movimento luta pelo 'direito de consertar'

Um movimento internacional tenta garantir por lei dados claros sobre durabilidade de produtos e sobre seu conserto. A cooperativa de Jaquiel Oliveira recupera eletroeletrônicos em Osasco. **METRÓPOLE / PÁG. A19**

## Vacina mantida em gelo seco pode ser usada no País

Se o Brasil fechar acordo, a vacina da Pfizer/BioNTech contra a covid pode estar disponível no 1.º trimestre de 2021, segundo a empresa. Para manter o armazenamento a -70°C negativos, embalagens com gelo seco podem ser usadas. **METRÓPOLE / PÁG. A17**

● **A pandemia no Brasil** (levantamento do consórcio de imprensa)

|                                |                |
|--------------------------------|----------------|
| <b>TOTAL DE MORTES</b>         | <b>164.332</b> |
| NOVOS REGISTROS DE MORTES      | 926            |
| EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM    |                |
| MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS) | 365            |
| TOTAL DE TESTES POSITIVOS      | 5.783.647      |
| NOVOS CASOS DETECTADOS         | 34.640         |
| EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM    |                |
| TOTAL DE RECUPERADOS*          | 5.256.767      |

\*INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

## Covid se alastra com força nos EUA

Com Donald Trump focado na eleição, os EUA registram recordes diários de contaminação pelo coronavírus e as hospitalizações passam de 60 mil. O país contabiliza 2,48 mil mortos. **INTERNACIONAL / PÁG. A14**

## NOTAS &amp; INFORMAÇÕES

## O voto e suas consequências

Sendo um direito, o voto é também responsabilidade. Não há forças ocultas. Não há geração espontânea. Há o voto e suas consequências. **PÁG. A3**

**Recuperação desigual**  
Retomada mais lenta do setor de serviços atrasa a recuperação dos empregos. **PÁG. A3**

# ESQUENTA

## BLACK FRIDAY CAO A CHERY

OFERTAS IMPERDÍVEIS

VerCapas.

CAOA CHERY

VEJA NESTE CADERNO

## FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921



UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

FOLHA100: FALTAM 98 DIAS

SEXTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2020

ANO 100 \* Nº 33.462 \* R\$ 5,00



Vinícius Sassine/Folhapress

## QUILOMBOLAS PERDEM ALIMENTOS E RECORREM A LAMPARINAS DIANTE DO APAGÃO NO AMAPÁ

Doralice Picanço, 63, do quilombo Conceição, acende lamparina improvisada em frasco de desodorante; devido ao caos, eleição em Macapá é adiada, ainda sem data Poder A10 e Cotidiano B2

## Empatados buscam voto útil na reta final em SP

Com o segundo turno indefinido, candidatos que disputam o mesmo eleitorado fazem movimentos para se beneficiar do voto útil ou para estancá-lo. É o caso de Guilherme Boulos e os eleitores de esquerda, de Celso Russomanno e os eleitores de direita, e de Márcio França nas duas direções. Segundo o Datafolha, 32% ainda podem mudar de voto. Poder A6



Tela 'Idílio', de Tarsila do Amaral. Reprodução

## Russomanno radicaliza para imitar presidente

Influenciado por bolsonaristas, campanha adotou comunicação agressiva no Twitter em busca do voto conservador. A7

## Por unanimidade, TRE-SP mantém liberada pesquisa

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo confirmou ontem, por unanimidade, a liberação da última pesquisa Datafolha sobre a disputa para a prefeitura paulistana. A divulgação havia sido censurada na terça (10) a pedido de Celso Russomanno. Poder A7

## Ilustrada B9

## Tarsila é pop

Com obras na casa dos milhões e até animação, pintora tem momento Frida

## Avaliação de Bolsonaro no Rio e em São Paulo piora

Rejeição ao presidente perto da eleição chega a 50% na capital, mostra Datafolha

A imagem do presidente Jair Bolsonaro piorou nos dois principais centros urbanos do país, São Paulo e Rio de Janeiro, aponta pesquisa do Datafolha. Em São Paulo, a rejeição a Bolsonaro é de 50%, uma oscilação positiva sobre os 48% registrados em levantamento anterior.

Já a aprovação variou de 25% para 23% na pesquisa feita nos dias 9 e 10. Com 30% de aprovação entre os mais velhos, tem a maior rejeição (66%) entre os mais jovens. Na cidade, seu candidato, Celso Russomanno (Republicanos), derreteu ao longo da campanha eleitoral.

Começou à frente no fim de setembro, com 29%, e marca agora 14%, em empate com Guilherme Boulos (PSOL, 16%) e Márcio França (PSB, 12%). O prefeito Bruno Covas (PSDB) está na ponta, com 32%. Entre os eleitores do deputado, a aprovação do presidente chega a 50%.

No Rio, a imagem do mandatário piorou, com queda de seis pontos na aprovação desde a semana passada, de 34% para 28%. Candidato do Planalto, o prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) soma 14%, ou 20 pontos a menos que o líder isolado Eduardo Paes (DEM). Poder A4

## Em lives de apoio, Presidência paga tradutor de libras

Lives nas quais Jair Bolsonaro fez propaganda para candidatos tiveram a participação de dois intérpretes de libras da Presidência da República. A lei eleitoral veda ao servidor o uso de serviços pagos pelo governo. O Planalto diz que foram voluntários. Poder A12

## Hélio Schwartzman Um país de maricas

Hoje vou concordar com Bolsonaro. Peço desculpas pelo nível da linguagem, mas somos, sim, um país de maricas, no sentido de medrosos, covardes, poltrões. Somos porque ainda não iniciamos um processo de impeachment contra o presidente. Opinião A2

## Recuperação da economia perde fôlego em outubro

Indicadores especiais de atividade, criados para monitorar os efeitos da pandemia, mostram que o período de forte recuperação da economia, iniciado já em meados de abril, se encerrou em outubro — mês em que ocorreu a redução de estímulos governamentais.

A expectativa do Ministério da Economia era de recuperação em "V". Os dados, no entanto, mostram que a subida desse "V" deve ficar incompleta. Para novembro, a previsão é que seja mantida a tendência de desaceleração registrada no mês passado. Mercado A15

## Pandemia no Brasil

|            | Óbitos    | Casos    |
|------------|-----------|----------|
| Totais     | 164,3 mil | 5,8 mil  |
| Óbitos*    | 365       | 24,2 mil |
| Variação** | -16,9%    | -0,8%    |

Dados das 20h de 12 nov. \*Média móvel de 7 dias \*\*Em relação a 14 dias



“Não queremos fazer parte da política, muito menos deixar ela entrar nos quartéis”

General Edson Leal Pujol

comandante do Exército, sobre o papel dos militares Poder A14

## Branços têm 74% de verba eleitoral na capital paulista

Em São Paulo, 60% dos candidatos são brancos, que detêm um volume de recursos maior, 74% de toda a verba pública. O número contrasta com a determinação do STF de divisão equânime de fundo eleitoral e partidário para negros e brancos. Poder A8

## Esporte B7

Após impasse, Dória anuncia renovação de GP da F-1 em Interlagos até 2025

## Guia B16 e B17

Saiba o que fazer neste domingo enquanto espera o resultado da eleição

## Maioria evita transporte público devido à pandemia

A pandemia fez com que 60% dos eleitores paulistanos evitem usar o transporte público, mostra pesquisa Datafolha. Por outro lado, 48% dos entrevistados têm feito mais viagens de táxi ou em carros de aplicativos, e 78% têm andado mais a pé. Cotidiano B1

## O que pensam Moro, Huck e Dória

Frete de centro-direita converge na economia, mas difere em segurança e nos costumes. Poder A14

## Bolsonaro indica tenente-coronel na diretoria da Anvisa

Jair Bolsonaro indicou o tenente-coronel da reserva Jorge Luiz Kormann, atual secretário-executivo adjunto da Saúde, para uma vaga na diretoria da Anvisa. Sem formação ou ampla experiência na área, ele terá de passar por sabatina no Senado. Saúde B4

## Vacina pode ser comprada, diz presidente em recuo

Jair Bolsonaro afirmou ontem que pode autorizar a compra da vacina produzida pela farmacêutica chinesa Sinovac com o Instituto Butantan, ligado ao governo de São Paulo, do desafeto João Dória, mas não pelo preço que um “caboclo aí quer”. Em live, ele negou que tenha comemorado a morte do voluntário que participava dos testes do imunizante. Saúde B4

ISSN 1678-0771 33462 9 771414 572069

AUDIÊNCIA/MÉS PÁGINAS VISTAS 176.292.687 VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

Mais republicanos reconhecem a vitória de Biden Mundo A15

## EDITORIAIS A2

A queda do censor Sobre a nova pesquisa Datafolha, liberada pelo TRE.

Política em colapso A respeito de nova deposição de presidente no Peru.

**Neymar:** Atacante é cortado e desfalca seleção nas Eliminatórias da Copa. Brasil pega Venezuela hoje PÁGINA 18



**Prêmio Multishow:** Festa em seis palcos teve Ivete como melhor cantora SEGUNDO CADERNO

# O GLOBO



Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2020 ANO XCVI - Nº 31.875 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$5,00 2ª EDIÇÃO

## PANDEMIA

### País tem alta de casos de Covid em Rio, SP e mais nove capitais

Fiocruz vê risco de segunda onda em oito cidades de Norte e Nordeste e em Florianópolis

Nove capitais têm avanço de infecção por coronavírus que pode levar à segunda onda da pandemia no país, de acordo com a Fiocruz. Oito das mais ameaçadas estão no Norte e no Nordeste, e a nona é Florianópolis. Os cientistas ainda não têm certeza sobre a ocorrência da segunda onda no Brasil, mas afirmam que é preciso conter o contágio. A rede municipal de Saúde do Rio tinha, antecipe, 95% dos leitos de UTI ocupados e, nos hospitais privados, o atendimento a pacientes de Covid nas emergências cresceu 40% nas últimas três semanas. São Paulo teve salto de 50% nas suspeitas de Covid desde agosto. Na França, aonde a segunda onda chegou, 25% das mortes já se devem ao vírus. PÁGINA 16, 18 e 36

### Anvisa: Bolsonaro indica outro militar

O coronel da reserva Jorge Luiz Kormann foi indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para vaga que será aberta na diretoria da Anvisa. Se o nome passar pelo Senado, será o segundo militar na cúpula do órgão regulador, que tem como diretor-presidente o contra-almirante Antônio Barra Torres. Kormann não tem formação na área da saúde. PÁGINA 17

### Guedes admite estender auxílio

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que o governo vai prorrogar o auxílio emergencial caso ocorra uma segunda onda de Covid-19. PÁGINA 23

### Moradia precária afeta 20%

Um em cinco brasileiros reside em casa de madeira ou sem banheiro, diz IBGE. Concentração de renda cresceu, e país é o nono mais desigual do mundo. PÁGINAS 26 e 27



Dentro da caixa. Urnas eletrônicas preparadas para a distribuição em locais de votação no Rio de Janeiro

## ELEIÇÕES 2020

### Suspeita de ligação com o crime atinge 31 candidatos

Ao menos 31 candidatos a vereador e prefeito que disputarão a eleição de domingo pelo país são suspeitos de envolvimento com milícias, tráfico ou grupos de extermínio. Desse total, 23 já foram condenados, são réus ou alvo de inquérito. Os demais têm parentesco ou são amigos de criminosos. Dez candidatos disputam a eleição na Baixada Fluminense. PÁGINA 8

### Datafolha mostra que subiu rejeição a Bolsonaro

A má avaliação do governo Bolsonaro aumentou nas cidades do Rio e de São Paulo, segundo o Datafolha, chegando a 50% na capital paulista. Em suas lives na reta final de campanha, o presidente já deu apoio a 58 candidatos de 14 partidos. DEM, PRTB, Republicanos e Patriota lideram a lista. PÁGINA 10

### Fato ou Fake lança robô para combater informações falsas

Serviço de checagem do Grupo Globo lançou um bot no WhatsApp para leitor tirar dúvidas sobre o que circula nas redes. PÁGINA 14

## MERVAL PEREIRA

### Adversários precisam de paciência histórica contra Bolsonaro

PÁGINA 2

## FLÁVIA OLIVEIRA

### Cuidado ao votar domingo para não se arrepender depois

PÁGINA 3

## E AGORA, BRASIL?

### Empresas aceleram planos de transformação para o mundo digital

Na quarta edição on-line dos encontros "E agora, Brasil?", realizados por O GLOBO e Valor Econômico, executivos de grandes empresas e especialistas em negócios digitais discutem a adaptação exigida pelo mercado em meio à crise sanitária e econômica. PÁGINAS 29 e 31

## SEGUNDO CADERNO

### Candidatos a prefeito mostram suas propostas para a área cultural

O desafio de reerguer o setor cultural, arrasado pela pandemia, será um dos maiores para os futuros prefeitos. Os primeiros colocados na corrida eleitoral no Rio e em São Paulo responderam a perguntas do GLOBO sobre a área.

## Troca de afagos





# ESQUENTA

## BLACK FRIDAY CAO CHERY

OFERTAS IMPERDÍVEIS



VerCapas.com.br

CAOA CHERY

VEJA NESTE CADERNO

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1908; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASIL, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

## CORREIO BRAZILIENSE

BRÁSILIA, DISTRITO FEDERAL, SEXTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2020

NÚMERO 20.921 • 26 PÁGINAS • R\$ 2,50

Sergio Lima / BFP

INJÚRIA RACIAL  
É INVESTIGADA

**Polícia do DF apura denúncia de que o advogado Frederick Wassef chamou comerciária de "macaca"**

Funcionária de uma pizzaria no Pier 21 prestou queixa na 1ª DP. Duas testemunhas confirmaram as ofensas. O advogado, que já trabalhou para a família Bolsonaro, disse que é vítima de armação. PÁGINA 4

Marcelo Ferreira/CB/DA Press

Racismo impacta  
a saúde integral

A sobreposição de dificuldades raciais e econômicas faz com que negros tenham mais dificuldade para acessar serviços ligados ao bem-estar populacional, avaliou, no CB.Saúde, Marjorie Chaves, coordenadora do Observatório da Saúde da População Negra, da UnB. PÁGINA 17

# Governo admite renovar auxílio, em valor menor

Em uma semana decisiva no calendário eleitoral, o governo sinaliza que está disposto a recriar o auxílio emergencial em 2021 caso a pandemia se agrave. A garantia veio do ministro da Economia, Paulo

Guedes. Segundo ele, "é certeza recriar o auxílio emergencial" se houver uma segunda onda da pandemia. É provável, no entanto, que o benefício seja inferior aos R\$ 300 pagos atualmente. No pri-

meiro semestre, o governo federal propôs uma ajuda de R\$ 200, mas, após apreciação pelo Congresso e pelo Planalto, ficou definido em R\$ 600. Embora o governo tenha planos para ampliar o

Bolsa Família ou criar o Renda Cidadã, não há indicativo de onde sairão os recursos para socorrer os milhões de brasileiros afetados pela crise econômica desencadeada pelo novo coronavírus. PÁGINA 6

Jocelyn Desquiere/Divulgação

Atrações  
de arrepiar

Com o fim de semana começando na sexta-feira 13, as opções vão de filmes de terror nos cinemas a programas mais leves, incluindo show de Marcelo Falcão (foto) e peças de teatro. Confira a agenda cultural! PÁGINA 22



## VOA, POMBO

Sem astros, Brasil  
enfrenta Venezuela

Sem os lesionados Coutinho e Neymar, que foi cortado por Tite, ontem, Seleção aposta em Richarlison, hoje, às 21h30, contra a Venezuela. PÁGINA 14

Ed. Alves/CB/DA Press

Sem medo  
de castigo!

Pela segunda vez, em três semanas, criminosos invadiram a Igreja da 307/308 Sul para furtar. Desta vez, os ladrões carregaram um computador — em 22 de outubro, o cofre com donativos foi levado. Fiéis reclamam da presença de usuários de drogas nas áreas próximas. Com o portão arrombado, não houve missa. Este ano, foram registradas 139 ocorrências semelhantes em templos do DF. PÁGINA 18

Cris Goulam/Divulgação

Remédio cada  
vez mais perto

Família de Kyara Lis está em Curitiba aguardando a chegada do medicamento mais caro do mundo, que será aplicado no bebê para barrar o avanço da AME. PÁGINA 19

Ángela Perceval

Brasilienses  
testam vacinas

Bryan Amorim (foto) é um dos 1,5 mil voluntários que receberam doses de imunizantes pesquisados no DF. Ainda há vaga para participar dos estudos. PÁGINA 15

GDF projeta  
uma reforma  
tributária

O governo do DF vai propor, em 2021, uma ampla revisão de impostos locais, informou o secretário de Economia, André Clemente. Além de corrigir distorções e alterar alíquotas, a medida pretende dar fôlego ao setor produtivo. "Há urgência em mudar o eixo econômico, criando emprego fora do setor público", disse. CAPITAL S/A, PÁGINA 18

Obras vão mudar  
paisagem no SIG

Com aval do Conplan, projeto do GDF irá revitalizar o Setor Gráfico. Ibanês regulariza lotes no Riacho Fundo 2 e autoriza novas moradias. PÁGINA 16

Vale-tudo atrás  
dos indecisos

A dois dias da eleição, as redes sociais concentram a caça aos votos. Em alguns municípios, estima-se que 50% dos eleitores ainda não escolheram candidatos. PÁGINA 2

## Trump mais isolado

Lideranças do Partido Republicano se descolam do presidente e pedem que ele aceite derrota. Biden mantém transição e planeja cúpula com asiáticos. PÁGINA 10

## Histórico de agressões

Grávida baleada, dizem testemunhas, era atacada sempre pelo namorado. Lorrane Oliveira foi transferida para a UTI do Hospital do Paranoá. PÁGINA 17



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

**MME / ASCOM .**